



· ALERJ ·

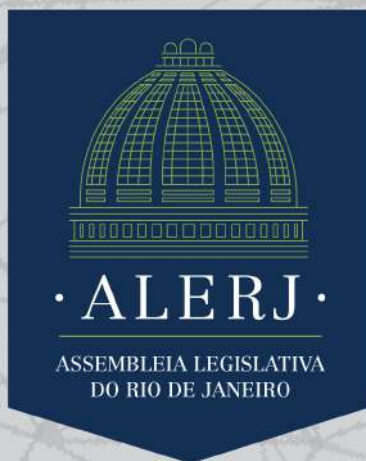
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO

Caderno de Atividades 2017



FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
JORNALISTA ROBERTO MARINHO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO



ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Mesa Diretora 2017-2018

Presidente: Jorge Picciani
1º Vice-presidente: Wagner Montes
2º Vice-presidente: André Ceciliano
3º Vice-presidente: Jânio Mendes
4º Vice-presidente: Marcus Vinícius

1º Secretário: Geraldo Pudim
2º Secretário: Samuel Malafaia
3º Secretário: Átila Nunes
4º Secretário: Pedro Augusto

1º Vogal: Carlos Macedo
2º Vogal: Zito
3º Vogal: Renato Cozzolino
4º Vogal: Bebeto

Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho

Criado em 2003, pela ALERJ, por meio da resolução nº 225, o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro tem como foco promover inovações a partir da interação constante entre academia, setor produtivo e Poder Legislativo. Desses debates e da apresentação dos estudos mais recentes realizados pelas instituições que o compõem, surgem propostas de desburocratização, alteração da legislação estadual e atos em defesa do estado do Rio.

Presidente do Fórum: Deputado Jorge Picciani

Subdiretora-Geral: Geiza Rocha

Equipe Fórum: Carolina Silveira, Daniela Garcia, Fernanda Salazar, Gisela Andreato, Ivanir dos Santos e Renata Fernandes


Telefones: (21) 2588-1352/ 1176


Endereço: Rua Primeiro de Março, s/nº sala 127
CEP 20010-090 - Rio de Janeiro - RJ

Email: forumdesenvolvimentorj@alerj.rj.gov.br

Fórum nas Redes sociais

 facebook.com/forumdedensenvolvimentodorio

 twitter.com/forumdesenv

 instagram.com/forumdesenv

 youtube.com/forumdesenvolvimento

 bit.ly/linkedinforum

www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br

Caderno de Atividades 2017: Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho

Janeiro/2018
Desenvolvimento - Política - Economia - Poder Legislativo



CADERNO DE ATIVIDADES 2017



**FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
JORNALISTA ROBERTO MARINHO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

ALERJ • ABAV-RJ • ABE • ABEOC-Regional RJ • ABES • ABIH-RJ • ACRJ
ADESG-RJ • AEERJ • AMCHAM RIO • ANPROTEC • CEBDS • CIEE/RJ
CLUBE DE ENGENHARIA • CRCRJ • FACERJ • FACHA • FAERJ
FC&VB-RJ • FECOMÉRCIO-RJ • FETRANSCARGA • FETRANSPOR • FGV
FIRJAN • GESTRIO • IBGE • IBP • PUC-RIO • RCE-RJ/UNU • REDETEC
RIO CVB • SEAERJ • SEBRAE-RJ • SESCON-RJ • SINDRIO
SISTEMA OCB - SESCOOP/RJ • SNA • UCAM
UENF • UERJ • UEZO • UFF • UFRJ • UVA

SUMÁRIO





Introdução	7
Apresentação	9
Fórum em números	11
Câmaras Setoriais	13
Agronegócios	14
Cultura, Turismo e Esportes	16
Energia	18
Desenvolvimento Sustentável	20
Formação Profissional e Educação Tecnológica.....	22
Gestão e Políticas Públicas	24
Infraestrutura e Logística.....	26
Tecnologia	28
GT Negócios Sociais	30
Eventos	34
Parcerias	50
Comunicação	58

INTRODUÇÃO





Trazer à luz um assunto significa tirá-lo da ignorância e do desconhecido.

Em muitas culturas, a luz simboliza a vida, a razão e a fé. Em 440 a.c. o filósofo grego Platão já relacionava a luz ao conhecimento: à luz da razão. Em um ano marcado por turbulências, o Fórum de Desenvolvimento do Rio focou em ações voltadas para o futuro ao lançar luzes sobre temas como longevidade, desburocratização, prevenção e qualidade de vida, além de um chamamento aos gestores públicos para olhar a cultura como um fator de desenvolvimento local.

As novas parcerias também foram destaque. Às 39 entidades que o integram, mais cinco se somaram: a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (Seaerj); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

no Estado do Rio de Janeiro (Sescoop/RJ); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Federação de Convention and Visitors Bureaux (FC&VB-RJ) e as Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha).

Em 2018, seguimos com o desafio de iluminar as ideias, reflexões e pensamentos na construção de políticas públicas que contribuam para a retomada do crescimento socioeconômico do estado.

É por meio das reuniões e eventos realizados pelo Fórum, com a participação efetiva de múltiplos atores da sociedade e especialistas em diversas áreas do conhecimento, que conseguiremos fazer do Rio o melhor lugar para viver e produzir.

APRESENTAÇÃO





Olhar em perspectiva um ano tão turbulento é um desafio.

Mas ele fica menos complexo quando mergulhamos no trabalho desenvolvido pelo Fórum de Desenvolvimento do Rio em 2017. As reuniões periódicas das Câmaras Setoriais e do nosso Grupo de Trabalho de Negócios Sociais, além dos eventos temáticos, renderam debates e ações essenciais para estabelecer novos rumos e possibilidades para o estado.

Mantivemos o nosso compromisso e a nossa missão de provocar discussões relevantes, construindo novas parcerias, estimulando as já estabelecidas e trabalhando para pautar o Legislativo com temas pertinentes e atuais. Elaboramos uma agenda permanente ligada à inovação, ao desenvolvimento, à sustentabilidade e, principalmente, à elaboração de políticas públicas mais eficazes e alinhada com séc. XXI.

A diversidade de temas abordados permite uma visão panorâmica dos desafios que o estado possui neste processo de retomada do equilíbrio fiscal e financeiro, bem como do crescimento econômico, temas que ocuparam a pauta e as atenções em 2017.

Geiza Rocha, secretária-geral do Fórum

O FÓRUM EM NÚMEROS





801

presentes
nos eventos

283

matérias
publicadas
no site

54

reuniões de
Câmara

44

entidades
parceiras

34

programas
Rio em Foco

9

eventos
realizados

CÂMARAS SETORIAIS





Em 2017, o Fórum intensificou os debates sobre temas estratégicos para alavancar a economia do estado.

Nas 54 reuniões realizadas pelas Câmaras Setoriais, foram debatidos temas como a desburocratização, educação, eficiência energética, revisão das concessões ferroviárias e rodoviárias e os principais assuntos que precisam estar na pauta das autoridades estaduais. Também foram debatidos a tributação de produtos reciclados, o mapeamento de incubadoras e aceleradoras, biotecnologia, energias alternativas, estímulos à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a atualização do marco legal estadual de inovação e a longevidade e seus efeitos.

Nas reuniões realizadas mensalmente, ao longo do ano, entidades da sociedade civil organizada e universidades se mobilizaram no mapeamento de propostas ao Parlamento, contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação do estado do Rio de Janeiro.



CÂMARA SETORIAL DE AGRONEGÓCIOS

O fortalecimento da agricultura familiar fluminense continuou mobilizando as atenções do grupo.

Dentre as ações em curso está a criação de um sistema de informação para subsidiar a tomada de decisão dos diretores das escolas estaduais na compra de alimentos dos produtores familiares para a merenda escolar. O objetivo da plataforma é promover o desenvolvimento regional e ajudar o estado a cumprir a lei federal que determina que pelo menos 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de insumos da agricultura familiar.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (Emater) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) trabalharam em conjunto no projeto-piloto da plataforma que reunirá os dados da produção rural do estado. Com base na utilização de ferramentas de georreferenciamento, foi desenhado um protótipo pelo LabGis, da Uerj, com filtros baseados na distância e no produto desejado.

O próximo passo é avaliar a confiabilidade dos dados e qualificar a informação para começar a apresentar aos diretores a ferramenta. O Programa Rio Rural e o Proderj também se juntaram ao grupo para apoiar o trabalho e estruturar as ações de forma a torná-las permanentes.

Outro tema que mobilizou o grupo foi a

apresentação do Diagnóstico da Cadeia Láctea do Estado, que contou com a presença de 11 parlamentares estaduais. Dentre as medidas sugeridas pelo estudo estava a necessidade de exclusão da indústria leiteira do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), classificada pelos produtores como devastadora para a atividade. O grupo teve a sua reivindicação atendida com a aprovação de emendas à lei do FEEF, que retirou dessa indústria a obrigatoriedade de recolhimento de 10% dos incentivos fiscais concedidos. O encontro reuniu produtores, cooperativas, além de instituições ligadas ao tema e parlamentares para buscar soluções conjuntas para os problemas apontados.

O Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também esteve em pauta. A importância do apoio dos municípios na realização da pesquisa foi tida como fundamental pelo gerente-técnico do Censo Agropecuário do IBGE, Antônio Florido. Para dar suporte às ações realizadas, cada cidade teve de implantar uma Comissão Municipal de Geografia e Estatística (CMGE), que tem o papel de validar os resultados do recenseamento antes da sua divulgação.

Além de já terem implementado comissões, alguns municípios, como Resende e Cachoeiras de Macacu anunciaram que vão realizar os seus próprios censos.



1



2



3

LEGENDAS:

[1] Deputados ouviram reivindicações do setor lácteo.

[2] Durante reunião da câmara, o gerente-técnico do Censo Agropecuário do IBGE, Antônio Florido, fala da importância do apoio dos municípios ao Censo Agro 2017.

[3] Sistema de informação com dados da agricultura familiar do estado inicia projeto-piloto.

Leia mais no site!

- Cadeia de laticínios do estado tem reivindicações atendidas pela Alerj - bit.ly/2noDpRV
- Criação de sistema de informação pode promover agricultura familiar - bit.ly/2pjOG6Z
- Sistema de informação com dados da agricultura familiar do estado inicia projeto-piloto - bit.ly/2qtvFyU
- Protótipo do sistema de informação com dados da agricultura familiar do estado é apresentado no Fórum - bit.ly/2rGmKYC

Assista também!

- O papel das escolas da rede pública na educação nutricional - bit.ly/2E60NfK
- Entraves e oportunidades do setor lácteo são temas do Rio em Foco - bit.ly/2E7hbbL
- Investimentos na floricultura fluminense tornam Rio o segundo maior estado produtor do País - bit.ly/2wCCosQ
- Morangos Sustentáveis diminuem impactos no meio-ambiente e na saúde pública no Estado do Rio - bit.ly/2vZxAOE
- Consumo consciente e políticas agrícolas podem diminuir desperdício de alimentos no estado - bit.ly/2nNsdMp



CÂMARA SETORIAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Consolidar um calendário de eventos permanente é um dos principais desafios do estado pós-Olimpíadas.

A constatação foi feita durante o encontro que reuniu representantes do setor público e privado ligados às áreas de Cultura, Turismo e Esportes para debater como coordenar a criação de uma agenda forte, potencializando os benefícios e oportunidades trazidos pela a realização dos Jogos Rio 2016.

A integração entre esses setores para aumentar a ocupação dos hotéis também foi destacada. Além da capital, foi verificada a necessidade de trabalhar a oferta turística no interior do estado. Dentre as propostas debatidas estão o reforço da publicidade e o fortalecimento das instâncias de governança dos municípios, além do desenvolvimento do turismo cultural e religioso no estado.

O mapeamento das vocações esportivas de municípios da Região Serrana foi apresentado durante um dos encontros da Câmara em 2017. O diagnóstico é produto do Lidera Rio nos Esportes, projeto do Sebrae em parceria com o Fórum, que resultou na criação de um calendário esportivo regional. O projeto Lidera Rio nos Esportes capacitou gestores públicos, profissionais e empreendedores a enxergar o esporte como uma ferramenta para alavancar negócios locais.

A visão sistêmica e a interação entre os municípios foram importantes legados deixados pelo programa. Já o documento, detalha os espaços esportivos, as entidades e secretarias de esporte, as práticas

esportivas, os eventos, além de dados demográficos dos municípios da região.

O projeto Cidades Criativas, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) foi apresentado durante a reunião da Câmara. Seu objetivo é mapear digitalmente 150 pontos culturais fluminenses, a começar pelas cidades de Valença, Vassouras e Duque de Caxias. As informações serão disponibilizadas por meio de aplicativo para celular e tablet e em um portal na internet. A plataforma permitirá aos visitantes acessar os eventos culturais com mais facilidade, estimulando o turismo e desenvolvimento local. No mesmo encontro, foi anunciado que Paraty poderia se tornar a primeira cidade do estado a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o que de fato aconteceu no fim de outubro.

Intercâmbio

As ações que alavancaram o turismo na Costa Rica também estiveram em pauta na Câmara, que recebeu a professora Meylin Alvarado, da Escola de Ciências Geográficas da Universidade Nacional da Costa Rica (UNA). Em 30 anos, esse pequeno país da América Central transformou o turismo de contemplação, baseado apenas nas belezas locais, em turismo de experiência, que exalta o estilo de vida local, a cultura e suas comunidades, com o PIB (Produto Interno Bruto) da atividade ultrapassando o das culturas tradicionais de café, banana, açúcar e abacaxi.



1



2

Outro fruto do trabalho realizado pela Câmara, o Caderno de Cultura do Estado, lançado em novembro, conclui uma trilogia de documentos produzidos pelo Fórum, em parceria com a Uerj, com diretrizes para desenvolvimento de políticas públicas sobre temas específicos. *Confira mais informações sobre o Caderno de Cultura na página 46.*

LEGENDAS:

[1] Legado olímpico foi discutido pelo meio acadêmico em reunião do Fórum.

[2] Assessor especial de Economia Criativa da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), Marcos André Carvalho, informa que Paraty pode integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco.

Leia mais no site!

- Legado olímpico será discutido pelo meio acadêmico - bit.ly/2pE8Wjl
- Diagnóstico dos esportes na Região Serrana é apresentado em reunião do Fórum - bit.ly/2qkMEiY
- Paraty pode integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco - bitly/2tsaS0c
- Ações que alavancaram o turismo da Costa Rica são apresentadas no Fórum - bit.ly/2z9yJoR
- Caderno de Cultura do Estado será lançado na Alerj - bit.ly/2BsI0VF
- Paraty é eleita Cidade Criativa pela Unesco - bit.ly/2ymX2Ql



Assista também!

- União entre turismo e esporte é apontada como saída para dinamizar economia da cidade - bit.ly/2EMghCT



CÂMARA SETORIAL DE ENERGIA

No Brasil, o consumo de energia elétrica no setor público corresponde a cerca de 8% do total.

Evidenciar os desafios e apontar caminhos visando à melhoria do desempenho energético nas instalações públicas foram o mote do grupo em 2017. Experiências de outros estados e municípios na implementação do uso racional de energia, por meio de uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), além de um estudo sobre o mercado de eficiência energética em edificações no Rio de Janeiro, elaborado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), foram trazidos para subsidiar a criação de uma proposta alinhada à realidade do estado. No encontro, os especialistas defenderam a eficiência energética no poder público como um plano de estado e não de governo.

Também foram apresentadas as propostas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) para melhorar a qualidade da energia elétrica no estado, especialmente no fornecimento para os consumidores industriais. O objetivo foi debater a prestação do serviço e o impacto na competitividade de diversos setores da economia. Dentre as ações sugeridas estão a revisão de indicadores; o aperfeiçoamento da regulação, com a ampliação do acesso dos consumidores ao mercado livre; a criação de condições para o desenvolvimento de um mercado

de energia elétrica com qualidade e preço diferenciado para a indústria; o aumento das ações de combate às perdas; o estímulo à geração distribuída, a intensificação dos programas de eficiência energética voltados para a indústria e a adoção de tecnologias que possibilitem a expansão das redes inteligentes de energia (*smart grids*) e maior automação das redes elétricas. No ranking de desempenho por distribuidoras divulgado pela Aneel, a Light ocupa 24º lugar entre as 32 empresas do país, enquanto a Enel está na penúltima colocação.

A Alerj vem se debruçando sobre a questão da qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras que atendem ao estado. Está em tramitação na Casa o projeto de lei nº 2212/2016, que dá prazo de 12 meses para a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) firmar convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), descentralizando parte das atividades e possibilitando a fiscalização local por meio de cooperação técnica.

Também existe um requerimento para a criação de uma Frente Parlamentar para sistematizar os debates e consolidar as ações do Poder Legislativo em face à precarização dos serviços das concessionárias de energia elétrica.



1



2



3

LEGENDAS:

[1] Firjan apresenta propostas para melhorar a qualidade da energia elétrica no estado.

[2] A arquiteta Myrthes Santos falou durante o debate sobre as ações para aumentar eficiência energética dos prédios públicos do estado.

[3] Desempenho energético de instalações públicas depende de uma política de estado.

Leia mais no site!

- Governo apresenta Rede de Edifícios Públicos Sustentáveis do Estado em reunião do Fórum - bit.ly/2fpQV1F
- Fórum debate ações para aumentar eficiência energética dos prédios públicos do estado - bit.ly/2u17Tct
- Firjan apresenta propostas para melhorar a qualidade da energia elétrica no estado - bit.ly/2tkpyOv
- Desempenho energético de instalações públicas depende de uma política de estado - bit.ly/2qFZA3W
- Fórum propõe debate eficiência energética em instalações do estado - bit.ly/2pwPAgy



Assista também!

- Carros Elétricos podem ser uma oportunidade para o Brasil - bit.ly/2tUZyB0
- Geração distribuída pode criar empregos e baratear custo da energia bit.ly/2E5gnYZ



CÂMARA SETORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O estado do Rio produz 17 mil toneladas de lixo por dia, sendo que 83% destes resíduos são gerados pela população da Região Metropolitana.

Porém, apenas 3% (60 mil toneladas/ano) têm como destino a reciclagem. Os dados foram trazidos pela superintendente de Gestão de Resíduos Sólidos da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), Sheila Valle, que apresentou o diagnóstico e metas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/RJ), aprovado por meio do Decreto nº 45.957, de 22 de março de 2017. O PERS faz parte das ações do estado no planejamento de políticas públicas capazes de potencializar a gestão dos resíduos sólidos.

Desde 2010, com a regulamentação do PERS, a responsabilidade pela coleta e a destinação adequada do lixo recolhido passou a ser dos municípios. Porém, a crise econômica tem agravado o problema e o que se vê é a volta dos lixões. Uma das saídas para o problema pode estar no acordo setorial de embalagens, assinado no fim de 2016, que prevê a possibilidade de as empresas fazerem convênios com as prefeituras para estabelecer programas de educação ambiental e a correta destinação dos resíduos.

A reunião que tratou do tema contou com a participação de gestores municipais, da indústria e também de movimentos de catadores. Foram debatidas as dificuldades para enfrentar a questão e a queixa frequente das cooperativas de catadores de que faltam resíduos para trabalhar. A busca de soluções para a desoneração da

cadeia de reciclagem do Estado foi outra questão levantada. Dentre as sugestões, estão o aprimoramento da legislação com propostas inspiradas em outros estados como a concessão de crédito presumido e a redução da base de cálculo do ICMS para produtos com selo verde.

A etiquetagem como uma medida a ser perseguida pelos gestores públicos na redução de gastos e as ações para aumentar eficiência energética nos prédios do estado foi outro tema que uniu as Câmaras de Desenvolvimento Sustentável e de Energia. O Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), as boas práticas locais, como o caso do Planetário da Gávea (prédio público com a classificação A), e os desafios na implementação foram apresentadas. A arquiteta Myrthes Santos, consultora em sustentabilidade e eficiência energética, e o arquiteto da Eletrobrás João Krause, responsável pelo Procel Edifica, programa de etiquetagem de edificações públicas e privadas, palestraram.

Em outra reunião conjunta, foi apresentada a Rede de Edifícios Públicos Sustentáveis do Estado (Rede Sustent). Lançada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento em junho, a Rede promove ações como o uso racional de água e energia e as boas práticas no uso sustentável dos prédios públicos, além de capacitar e certificar gestores das cerca de 2.200 instalações da administração pública fluminense.



1



2



3

LEGENDAS:

[1] Acordo setorial de embalagem pode contribuir para a gestão dos resíduos sólidos nos municípios.

[2] Plano Estadual de Resíduos Sólidos foi apresentado pela coordenadora socioambiental e de articulação institucional da Secretaria de Estado de Ambiente, Sheila Valle.

[3] Propostas de desoneração da cadeia de reciclagem do estado são apresentadas em reunião do Fórum.

Leia mais no site!

- Propostas de desoneração da cadeia de reciclagem do estado são apresentadas em reunião do Fórum - bit.ly/2mGTSQO
- Plano Nacional de Resíduos Sólidos tem com meta erradicar lixões até 2018 - bit.ly/2pk9cUW
- Acordo setorial de embalagens pode contribuir para a gestão dos resíduos sólidos nos municípios - bit.ly/2oZ1Zdr
- Debate sobre Acordo Setorial de embalagens reúne municípios, indústria e catadores do estado - bit.ly/2uLj3BW

Assista também!

- Inovação no mercado Financeiro: títulos verdes ganham espaço e geram oportunidades - bit.ly/2nHfcF5
- Rio em Foco debate soluções para o saneamento no estado do Rio bit.ly/2FRir3c
- Programa Coalizão Cidades pela Água revitaliza regiões que sofrem com estresse hídrico - bit.ly/2ybS2cr
- Oportunidades no mercado brasileiro de títulos verdes é tema do Rio em Foco - bit.ly/2nH5Ocq



CÂMARA SETORIAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

A Base Nacional Comum Curricular define o que os alunos da educação básica devem aprender em cada etapa escolar e tem previsão de chegar às salas de aulas das redes públicas e privadas em 2019.

A partir da homologação da nova base pelo Ministério da Educação (MEC), os estados e municípios terão dois anos para planejar e implementar seus próprios currículos. Com o objetivo de debater os rumos da educação no estado, a câmara reuniu especialistas sobre o tema no evento "Que Base Nacional Comum Curricular queremos?", promovido em parceria com a Comissão de Educação da Alerj. *Veja mais na página 36.*

A reforma do ensino médio, sancionada pelo governo federal por meio da Medida Provisória 746, também permeou as

discussões da câmara. Os membros levantaram a necessidade de aprofundar o debate no âmbito estadual, já que a reforma prevê uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio.

O grupo também trabalhou para consolidar uma visão das instituições sobre o que o estado pensa a respeito da reforma e como isso pode impactar e melhorar a qualidade do que é ensinado aos estudantes.

"Temos muitas questões a serem revistas com a implementação da reforma do ensino médio. Uma delas é que a nossa licenciatura não está preparada para essa mudança", explicou Paulo Alcântara, presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE).

O próximo passo da Câmara Setorial de Formação Profissional e Educação Tecnológica será organizar um evento para abordar a educação no Rio de forma estratégica, integrando todos os níveis: infantil, fundamental, médio e superior.



Instituições debateram, em um dos encontros, os desdobramentos da Reforma do Ensino Médio.



1



2



3

LEGENDAS:

[1] Educadores criticam base nacional curricular em audiência na Alerj.

[2] Câmara Setorial de Formação Profissional e Educação Tecnológica decide fazer evento para discutir a educação de forma estratégica integrando todos os níveis.

[3] Membros da Câmara de Formação discutem a Reforma do Ensino Médio e seus impactos

Leia mais no site!

- Educadores criticam base nacional curricular em audiência na Alerj - bit.ly/2oMN3eh
- Fórum vai elaborar carta com posicionamento das instituições sobre a Reforma do Ensino Médio - bit.ly/2q1KlW4
- Instituições debatem desdobramentos da Reforma do Ensino Médio - bit.ly/2synnpR
- Novo ensino médio será tema de debate na Alerj - bit.ly/2mZE5TC



Assista também!

- Estados podem coordenar a construção de currículos municipais - bit.ly/2E7Bmuc



CÂMARA SETORIAL DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Enfrentar a burocracia, buscar a eficiência na administração pública e impactar na melhoria do ambiente de negócios fluminense foram ações que pautaram as reuniões, em que foram detalhadas as propostas e avanços do Comitê de Desburocratização do Estado.

Segundo dados apresentados pela Junta Comercial do Estado do Rio (Jucerja), 80% dos pedidos avaliados pelo órgão são concedidos em até 48 horas. Nos encontros, também foram apresentados os avanços para modernizar o sistema da Junta que, entre outras coisas, permitiram que o registro possa ser feito de qualquer lugar do mundo, por meio do certificado digital, e dá fim ao protocolo de papel. Outra ação anunciada foi a integração do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária estadual (Visa) ao Sistema de Registro Integrado (Regin), e a entrada do Instituto do Meio Ambiente (Inea) no grupo. A integração operacional plena dos 92 municípios fluminenses ao Regin está entre os objetivos da Junta.

As ações para lidar com a mudança do perfil demográfico no país também foram tratadas pelo grupo. O envelhecimento da população brasileira exige que governo, sociedade e os setores da economia estejam adaptados a esta nova realidade, que traz junto desafios socioeconômicos e oportunidades.

O evento "Longevidade e a vida nas cidades" debateu como os municípios podem se preparar para essa mudança e quais as propostas que podem trazer melhorias efetivas na qualidade de vida dos idosos,

especialmente nas questões relativas ao desenvolvimento sustentável das cidades.

O estudo elaborado pelo Instituto Mongeral Aegon em parceria com a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo mapeou o que influencia o bem-estar da terceira idade em 498 cidades brasileiras, que reúnem 117 milhões de habitantes, e as classificou de acordo com sete variáveis: cuidados de saúde, bem-estar, finanças, habitação, educação e trabalho, cultura e engajamento, e indicadores gerais. O índice identifica os ambientes de vida mais amigáveis aos idosos, e tem como objetivo instrumentalizar os gestores públicos nas tomadas de decisão e no aprimoramento dos serviços direcionados aos maiores de 60 anos. Niterói aparece em quarto lugar, atrás de Santos (1º), Florianópolis (2º) e Porto Alegre (3º). Seu bom desempenho se deu especialmente nas questões relativas a cuidados de saúde, cultura e engajamento, e finanças. A cidade possui o maior número de médicos por habitante, entre os 150 maiores municípios do Brasil. Já a região metropolitana do Rio apresentou um resultado preocupante, ficando abaixo da mediana na maioria das variáveis, com pior desempenho no quesito habitação, que leva em conta dados como acesso à rede de esgoto, densidade demográfica, entre outros.



1



2



3

LEGENDAS:

[1] Especialistas apresentam ações para lidar com mudança de perfil demográfico brasileiro.

[2] Presidente da Junta Comercial do Rio de Janeiro (Jucerja), Luiz Velloso, fala da integração de processos para abertura de empresas.

[3] Fórum debate realização de evento sobre desburocratização.

Leia mais no site!

- Integração de processos para abertura de empresas favorece ambiente de negócios no estado - bit.ly/2nWFDof
- Especialistas apresentam ações para lidar com mudança de perfil demográfico brasileiro - bit.ly/2q6ZHWL
- Adesão da Vigilância Sanitária e modernização de sistema da Jucerja simplificam processo de abertura de empresas no estado - bit.ly/2tntSjX



Assista também!

- Simplificando o caminho para empreender - bit.ly/2Eo5hxy
- Rio em Foco aborda desafios e oportunidades da geração 50 Mais - bit.ly/2sQcAcc
- Educação financeira pode ser antídoto contra crimes financeiros praticados contra idosos - bit.ly/2Bd7UQR



CÂMARA SETORIAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Em 2017, as concessões e parcerias público-privadas como alternativas para a viabilização de projetos de infraestrutura continuaram sendo debatidas pelo grupo.

A Associação das Empresas de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro (Aerj) apresentou um diagnóstico sobre o potencial dos municípios fluminenses em abrigar as Parcerias Público Privadas (PPPs), priorizando obras de curto prazo e de impacto social. O objetivo é criar alternativas para o setor de engenharia em época de crise.

Com possibilidade de movimentar R\$ 40 bilhões e criar cem mil empregos, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) elaborou 126 projetos que podem ser executados entre seis meses e um ano, dos quais 33 são de âmbito estadual e o restante de competência dos municípios em nove setores.

Além das oportunidades mapeadas, foram apresentadas experiências de especialistas que ressaltaram a importância de capacitar servidores, incluindo os poderes judiciário e legislativo, para formar um corpo técnico que possa atuar nas várias fases do processo de construção dessas parcerias. A importância de considerar a alternativa de realização de consórcios intermunicipais para solucionar determinados gargalos nos municípios menores foi citada pelo diretor presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBD), Alex Ribeiro. Ele apresentou experiências que estão ocorrendo em Minas Gerais, reunindo municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte com perfis semelhantes, e outra

no Piauí, liderada pelo governo estadual. Também esteve presente ao encontro a subsecretária de Parcerias Público-Privadas da Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Maria Paula Martins.

A renovação de concessões de rodovias e ferrovias pelo governo federal também foi apontada como oportunidade para alavancar a eficiência logística do estado em um dos encontros do grupo. Os projetos fazem parte da segunda carteira do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) e foram classificados pelo subsecretário estadual de Transportes, Delmo Pinho, como uma chance para que o estado seja contemplado com investimentos. Delmo também apresentou as prioridades do governo para atender as questões logísticas baseadas no Plano Estratégico de Logística e Cargas do Estado do Rio de Janeiro (PELC-RJ 2040), desenvolvido com apoio do Banco Mundial.

A Região Metropolitana do Rio, composta por 21 municípios, é a segunda maior do país, abrigando 78% da população total do estado. O tema esteve em foco no debate sobre o Mapa e o Plano Estratégico da Região Metropolitana, construído para servir de instrumento para a elaboração de políticas públicas. O documento reúne dados de infraestrutura, transporte, ocupação (identificação e interpretação do uso do solo), áreas de risco (inundações),



1



2

entre outros. Apresentada pelo diretor-executivo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, Vicente Loureiro, o mapa proporciona aos municípios orientações para seus planos diretores. A reunião foi realizada em conjunto com as comissões de Economia, Trabalho, Saneamento Ambiental, Orçamento e Tributação da Alerj.

LEGENDAS:

[1] Renovação de concessões de rodovias e ferrovias podem alavancar eficiência logística do estado.

[2] Presidente da Aeerj, Luiz Fernando Reis, apresenta proposta para iniciar estudos na área de parcerias público-privadas e concessões para 20 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Leia mais no site!

- Fórum divulga diagnóstico sobre potencial de municípios fluminenses para abrigar parcerias público privadas e concessões - bit.ly/2naXeuM
- Para representantes de entidades do Fórum, informação e capacitação são entraves para que municípios adotem PPPs - bit.ly/2o0REIA
- Renovação de concessões de rodovias e ferrovias podem alavancar eficiência logística do estado - bit.ly/2pTKdDN
- Má distribuição de empregos e serviços prejudica moradores da Região Metropolitana - bit.ly/2iwyJrE



Assista também!

- Os desafios de planejar a metrópole - <http://bit.ly/2FqhVwA>
- Cidades recebem projeto que torna as calçadas acessíveis <http://bit.ly/2FtoeQd>



CÂMARA SETORIAL DE TECNOLOGIA

Fomentar o ambiente de inovação do estado, atualizando o marco legal é o intuito da minuta da nova lei estadual de inovação, elaborada pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social.

O anteprojeto de lei tem como objetivo destravar os mecanismos que impedem a transferência de tecnologia e permitir a parceria entre as universidades e instituições de pesquisa públicas com o setor produtivo. Ao longo do ano, a Câmara de Tecnologia reuniu os atores desse ecossistema e suas contribuições para o aperfeiçoamento do texto. Os encontros contaram com a presença do subsecretário de estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social, Augusto Raupp, que recebeu as sugestões para serem analisadas pelo corpo técnico da pasta e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Outra novidade apresentada na Câmara esse ano foi a plataforma de informações que reúne dados sobre laboratórios das

universidades estaduais (Uerj, Uezo e Uenf), os polos de Educação à Distância da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj), as escolas da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), e cursos oferecidos por unidade, e a Faperj. O Mapeamento Estratégico de Informações do Estado do Rio de Janeiro (Malne) é um aplicativo que permite o acesso aos produtos e serviços ofertados por essas instituições. Trata-se de uma vitrine das atividades desenvolvidas para facilitar o estabelecimento de parcerias públicas ou também com o setor privado.

O lançamento da ferramenta foi realizado durante uma reunião conjunta entre a Câmara de Tecnologia e o Grupo de Trabalho de Negócios Sociais do Fórum de Desenvolvimento do Rio, que também conheceu o estudo da Aspen Network of Development Entrepreneurs (Ande) sobre o panorama das aceleradoras e incubadoras no Brasil.

O relatório também investigou como as aceleradoras e incubadoras brasileiras trabalham com negócios de impacto, e seus modelos operacionais e de financiamento. Também foram exploradas as diferenças e semelhanças com outras organizações similares no mundo.



Grupo de trabalho define evento sobre marco legal da inovação



1



2

Leia mais no site!

- Atualização da lei estadual de inovação avança no Fórum - bit.ly/2kkXGYI
- Fórum avança na adequação da lei de inovação à realidade do estado - bit.ly/2AokXez
- "Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia será criado até dezembro deste ano", afirma Augusto Raupp - bit.ly/2DdbOrY
- Mapa das instituições e laboratórios do estado é lançado em reunião do Fórum - bit.ly/2xgnkCh
- Evento sobre marco legal da inovação será realizado no dia 5 de setembro - bit.ly/2sJTH64
- Fórum realizará evento para debater avanços da nova lei de inovação federal - bit.ly/2sWctvf
- Para especialistas, avanço do ambiente de inovação do estado depende de aproximação entre universidade e empresas - bit.ly/2rzVgqC
- Ações de desburocratização podem contribuir no fomento à inovação no estado - bit.ly/2oej9Sy
- Câmara de Tecnologia define agenda para revisão da lei estadual de inovação - bit.ly/2kYWEx9

LEGENDAS:

[1] Firjan apresenta estudo sobre burocracia no fomento à inovação.

[2] Professora Shirley Coutinho falou durante o debate sobre os avanços da nova lei de inovação federal



Assista também!

- Inovação aberta pode ajudar o estado e empresas a se desenvolverem - <http://bit.ly/2D1yMQU>
- Investimentos em tecnologias digitais podem alavancar o setor de óleo e gás - <http://bit.ly/2wJ31gF>
- Atualização da Lei de Inovação pode melhorar competitividade do estado do Rio - <http://bit.ly/2tihhMP>

GRUPO DE TRABALHO DE NEGÓCIOS SOCIAIS





Estimular a criação de empresas onde a visibilidade econômica, preocupação social e ambiental tenham a mesma importância é o foco do Grupo de Trabalho de Negócios Sociais do Fórum.

O grupo avançou no debate sobre a regulamentação e a criação de legislação específica para o setor e a formatação da iniciativa Rio de Impacto, que tem a missão de transformar o Rio de Janeiro em um território propício para iniciar ou desenvolver um negócio de impacto social e ambiental.



GRUPO DE TRABALHO NEGÓCIOS SOCIAIS

A falta de uma legislação específica é considerada um grande entrave ao desenvolvimento dos negócios sociais no Brasil, e foi tema central das discussões durante o ano.

A palestra “Legislação: como os negócios sociais estão se desenvolvendo pelo mundo” mostrou a visão das pesquisadoras Silvia Pinheiro, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), e Clarisse Stephan, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Silvia apresentou as leis aplicadas em outros países, enquanto Clarisse focou nas iniciativas já existentes no Brasil e que podem ser replicadas. O uso de títulos de impacto social pelo governo é uma delas, como já ocorre em Goiás e no Ceará. As Zonas Francas Verdes, existentes no Amapá e no Amazonas, também foram citadas como inspiração. Outra sugestão foi uma eventual equiparação à legislação das Organizações Sociais (OS).

Em outro encontro, Tania Limeira, pesquisadora e professora da FGV, falou sobre o modelo inglês de legislação para os negócios de impacto social, considerado um dos mais avançados do mundo. Ela explicou como funciona a parceria entre Estado e empreendedores sociais na Inglaterra, chamadas de Companhias de Interesse Comunitário (CIC). Por definição são empresas limitadas, cujos superávits financeiros são prioritariamente reinvestidos no propósito do negócio ou da comunidade. Com essa designação, podem ter acesso a fundos públicos, auxiliando no fomento ao setor. Segundo os especialistas, o projeto de lei (PLS 788/2015) que altera o Código Civil para permitir que sociedades empresariais possam ser enquadradas

como sociedades de interesse comunitário é um primeiro passo, mas ainda deixa uma lacuna jurídica sobre o tipo de negócio a ser contemplado. Porém, o grupo foi categórico ao afirmar a necessidade de um estado forte, que apoie os negócios de impacto com políticas públicas focadas em solucionar os entraves do setor.

Iniciativas em curso

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a regular a captação de recursos através de plataformas online, por empresas com receita anual de até R\$ 10 milhões por meio de instrução CVM 588. Ela foi detalhada durante umas das reuniões pelo superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores da CVM, José Alexandre Vasco. A norma é uma alternativa inovadora para o *crowdfunding* de investimento, trazendo segurança jurídica aos investidores.

Já o Sebrae-RJ lançou em 2016 a iniciativa Rio de Impacto, do qual o Fórum faz parte. São 12 instituições reunidas interessadas em alavancar e buscar soluções para a promoção do empreendedorismo de impacto fluminense. Segundo Juliana Oliveira, gestora do projeto de Negócios de Impacto do Sebrae-RJ que apresentou a metodologia de formação de grupo, a proposta foi colocar as instituições que atuavam em separado para pensarem juntas em como apoiar e desenvolver os negócios de impacto do Rio.



1



2

Leia mais no site!

- Falta de legislação específica impacta negativamente setor de Negócios Sociais do país - bit.ly/2oQchI2
- Especialistas defendem participação do Estado na elaboração de políticas que contribuam para setor de negócios sociais - bit.ly/2qXGh8P
- Empresas Sociais precisam ser tipificadas pelo Governo, afirmam pesquisadoras - bit.ly/2uIn0rI
- CVM apresenta regulamentação de captação de recursos através do *crowdfunding* de investimento - bit.ly/2veUP6D
- Mapa das instituições e laboratórios do estado é lançado em reunião do Fórum - bit.ly/2xgnkCh
- Rio de Impacto vai definir ações de fortalecimento do ecossistema de negócios sociais - bit.ly/2zeqRSU

LEGENDAS:

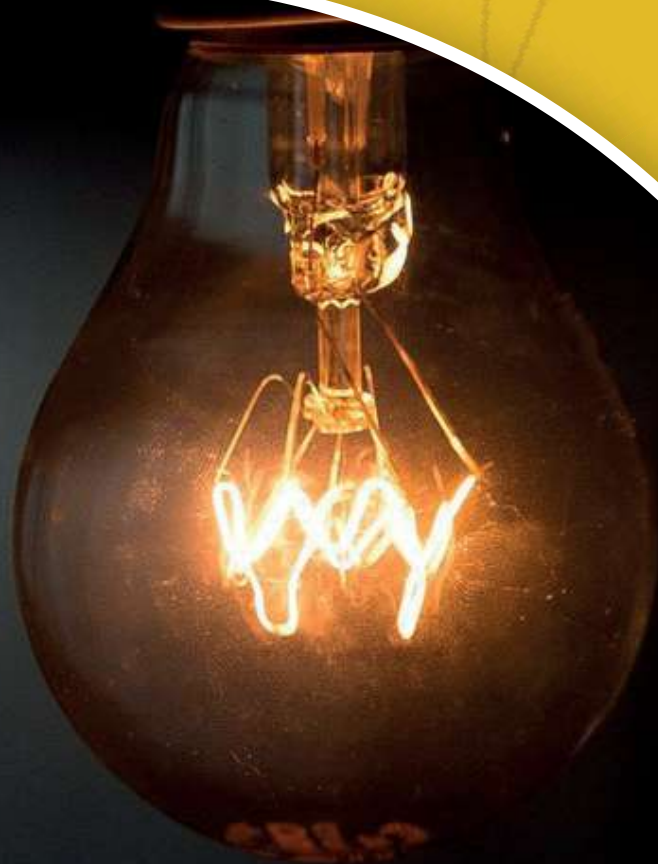
[1] CVM apresenta regulamentação de captação de recursos através do *crowdfunding* de investimento.

[2] Empresas Sociais precisam ser tipificadas pelo Governo, afirma pesquisadora Tania Limeira, da FGV.

Entidades que participaram das reuniões do grupo

Abmen * Alerj * Projeto Articulação * Aspen Network of Development Entrepreneurs (Ande) * Bloco * Carpa Consultoria * Cefet-RJ * CIEDS * Clube de Engenharia * Codin * Conexão Sustentável * Cremon * Criativo e Social * CVM * ESDI/ Uerj * Experimental * FGV * Fundação Leão XIII * IME * Inea * INT * Itess Cefet/RJ * Movimento Longevidade Brasil * Marimba Gestão de Projetos & Comunicação * Mendes, França e Diehl Advocacia e Consultoria * Network * Nexo * NIT-Rio * Sistema OCB-SESCOOP/RJ * Ong 4E * ONZ Gestão * Prefeitura de Nova Friburgo * Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes * PUC-RIO * Redetec * Sebrae/RJ * Secretaria de Ciência e Tecnologia de Nova Friburgo * Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Petrópolis * Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social * Silveira Marques Advocacia * TLK * Uenf * Uerj * Uezo * UFF * UFRJ * Umclub Tecnologia e Serviços de Pagamentos * USU * UVA * Vozes na Cidade * Workay * Yunus Negócios Sociais Brasil

EVENTOS





Cultura, saúde, regularização fundiária, indústria nuclear, educação: esses foram alguns dos temas abordados nos eventos realizados pelo Fórum, que contaram com a participação de representantes de diversos municípios do estado, entidades e especialistas.

ESPECIALISTAS DEBATEM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi apresentada no início de abril pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação, responsável por realizar audiências públicas, uma em cada região do país.

A BNCC define o que os alunos da educação básica devem aprender em cada etapa escolar e tem previsão de chegar às salas de aulas das redes públicas e privadas em 2019. A partir da homologação da nova base pelo MEC, os estados e municípios terão dois anos para elaborarem seus próprios currículos. Às vésperas da audiência pública da Região Sudeste, que ocorreria em São Paulo, a Comissão de Educação da Alerj organizou junto ao Fórum o evento “Que Base Nacional Comum Curricular Queremos?”. Para o presidente da comissão, deputado Comte Bittencourt (PPS), as divergências com as propostas da Base expressaram o caráter democrático do debate. Participaram os deputados Ana Paula Rechuan (PMDB), Flávio Serafini (PSol) e Paulo Ramos (PSol).

As questões apresentadas na audiência foram:

>>A crítica à ausência do ensino médio na nova base curricular, importante para uma educação integrada. Era previsto que a BNCC contemplasse todas as etapas da educação básica: infantil, fundamental e ensino médio. Segundo a professora Malvina Tuttman, membro dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, “havia o entendimento de que a Base deveria englobar Ensino Infantil, Fundamental e Médio. O MEC indica que isso está em fase de elaboração, mas essa ausência, mesmo que momentânea, compromete o entendimento do que significa a educação



“Esse encontro foi uma contribuição do parlamento para o mais importante debate entre as políticas brasileiras, hoje, em discussão. Trouxemos uma reflexão com especialistas, reunindo autoridades da área para se discutir aspectos fundamentais para a política de educação do estado brasileiro”.

Deputado Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação da Alerj

básica para as crianças e os jovens”.

>>O evento mostrou que a BNCC ainda deixa dúvidas entre os educadores que trabalham na ponta: “Como diretor de escola eu quero saber o que eu vou fazer, como é que eu vou trabalhar com a educação profissional se na própria Base Nacional Comum Curricular uma das áreas, no caso o ensino médio, ainda não foi apresentada. Como vai ser isso? Existe uma legislação de educação profissional hoje, vigente, que não foi



Gelta Xavier, professora da Faculdade de Educação da UFF; Geiza Rocha, subdiretora do Fórum; Deputado Comte Bittencourt; Malvina Tuttman, conselheira dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação; Alice Casimiro, professora da Faculdade de Educação da UERJ.

revogada”, questionou Ronaldo Pimenta, diretor do Colégio MV1.

>>O debate sobre a BNCC, na visão dos presentes, privilegiou especialistas e deixou de lado o diálogo com a escola, representada não só pelos profissionais da educação, que serão responsáveis por elaborar os currículos, mas pelos estudantes e por todos aqueles que fazem a discussão na escola.

>> Não há como fazer uma política curricular sem que os profissionais da Educação, professores, sejam parceiros. Esses profissionais acabam sendo responsabilizados pelo não aprendizado dos alunos quando inúmeras pesquisas apontam que muitas vezes o não aprendizado não está relacionado a uma questão curricular. Estudos mostram que os índices de melhoria da chamada qualidade da educação, inclusive nos exames, estão relacionados, às vezes, à melhoria do saneamento básico numa região.

>>Sugestões de uma base que não

uniformize, mas que permita a unidade na diversidade foram apresentadas. Trabalhar as diversidades locais, institucionais, mas que uma unicidade de diversidade possa ser cobrada em todas as escolas.

>> A meta 7 do Plano Nacional de Educação aponta para a questão de uma orientação geral, assim como a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Já existem diretrizes curriculares que poderiam ser revistas e discutidas, sem necessidade de uma listagem de conteúdo como aponta a BNCC. O direcionamento, para esses especialistas, não cabe ao Ministério da Educação, já que a educação básica no Brasil é de responsabilidade dos estados e municípios.

>>Discordância sobre o método de avaliação do PISA também foi levantada no encontro. Para os especialistas, a proposta de uma base é uma tentativa de frear um fluxo na significação que é impossível de ser feito, visando atender exames. Segundo eles, já existem trabalhos internacionais que questionam o PISA.

Você conhece a BNCC?



A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e

Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

Link: <http://bit.ly/BNCC2017>

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS SE UNEM EM PROL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para combater o trabalho infantil, instituições assinam um acordo de cooperação para alinhar ações.



Marcio Ferreira, assessor da deputada Tia Jú; a desembargadora Glória Regina Ferreira de Mello, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ); e Geiza Rocha, subdiretora do Fórum

No estado do Rio de Janeiro o combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem vem tomando força a partir da articulação de 11 instituições públicas, que se uniram em torno do tema e assinaram um acordo de cooperação. Para mostrar os objetivos comuns do grupo e as ações previstas pelo protocolo, o Fórum organizou no dia 7 de junho o evento "Infância e Adolescência em Foco".

A Alerj foi representada pelo gabinete da deputada Tia Ju (PRB), presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Casa. São signatários do acordo para Combate

ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem no Estado do Rio: Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ), Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-RJ), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RJ), Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Procuradoria da República (PR-RJ), Ministério Público (MP-RJ), Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho - 1ª Região (Amatra1), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Defensoria Pública Geral (DPGE-RJ), Tribunal de Justiça (TJ-RJ) e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).



“Não é possível erradicar o trabalho infantil sem garantir direitos como educação de qualidade e assistência integral para as crianças, incluindo a reestruturação familiar. Trabalho infantil não é alternativa para pobreza, pelo contrário, ele e a criminalidade é que estão juntos em oposição à educação de qualidade. Não é possível continuarmos aceitando que nossa sociedade encare o trabalho infantil como uma coisa natural, quase uma sina para todas as crianças que estão nas camadas mais pobres da população”.

**Desembargadora Glória Regina
Ferreira de Mello, do Tribunal
Regional do Trabalho (TRT-RJ)**

Destaques



>>As discussões relativas à cidadania e à formação profissional estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e deveriam estar na grade regular do ensino, mas infelizmente isso não é o que ocorre, por isso algumas das instituições do protocolo realizam projetos em parceria com a Secretaria de Educação para reforçar estes pontos;

>>O tema faz parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda aprovada na Cúpula das Nações Unidas, em 2015, com 193 signatários, incluindo o Brasil.

>>Segundo dados apresentados, existem 3,4 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, no Brasil. A maior parte deles em situação de informalidade.

>>De acordo com o Movimento Todos pela Educação, 2,5 milhões de crianças e jovens estão fora da escola. O montante representa 6% do universo total de alunos. A maioria possui entre 15 e 17 anos. Sendo que destes, 974.224 não estudam e nem trabalham.

>>Em 2013, o Ato 419 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho instituiu o programa de combate ao trabalho infantil no âmbito da Justiça do Trabalho. Hoje, ele é denominado Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, cujo objetivo é desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas para a erradicação de trabalho precoce, bem como para a adequada profissionalização do adolescente.

>>Propostas apresentadas pelo grupo para avançar neste diálogo: campanhas nas redes sociais, apresentação de projetos na Alerj em defesa da criança e do adolescente e educação como peça fundamental para a erradicação do trabalho infantil.

CONTRIBUIÇÃO DO SETOR NUCLEAR PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO FOI ABORDADA EM EVENTO

Seminário apresenta as perspectivas do setor no estado e ressalta a importância da retomada de Angra 3.

No dia 29 de agosto, o Fórum realizou em parceria com a Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan) o seminário "Contribuição da indústria nuclear para a recuperação econômica fluminense". Estiveram presentes representantes da Marinha, das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Firjan, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Eletronuclear.

"O investimento em energia nuclear é uma opção para sofisticar e diversificar a indústria do Rio, tornando o estado menos dependente em relação à indústria do petróleo e do turismo", afirmou Celso Cunha, presidente da Associação



"O Rio de Janeiro arrecada cerca de R\$179 milhões por ano com o ICMS da indústria nuclear, valor que poderia subir para R\$240 milhões com a conclusão de Angra 3. O setor nuclear no Rio é um novo pré-sal".

**Deputado André Ceciliano (PT),
presidente em exercício da Alerj**

Destaques do seminário



>> Os principais elos da cadeia produtiva nuclear estão sediados no Rio. Tirando a atividade de mineração e beneficiamento, que são realizadas na Bahia, todas as demais etapas do processamento do combustível nuclear e a geração elétrica propriamente dita se encontram no Estado do Rio de Janeiro. Em Resende, está a parte do combustível e em Angra dos Reis a geração elétrica. O estado concentra toda a capacidade instalada e 90% das empresas do setor.

>> O Brasil tem uma das maiores reservas mundiais de urânio (6%); 6ª maior reserva identificada.

>> Hoje as usinas de Angra 1 e Angra 2 respondem por 36% do consumo do Estado. Se Angra 3 estivesse operando, esse número chegaria a mais de 60% da energia consumida no estado.

>> Sobre a usina nuclear de Angra 3, o presidente da Eletronuclear, Leonam Guimarães informou que, de acordo com estudos realizados, para desmobilizar o que já foi feito custaria de 10 a 12 bilhões de reais. Já terminar a usina e integrá-la ao sistema ficaria na faixa de 15 a 17 bilhões de reais. Essas obras gerariam cerca de cerca de 8 mil empregos diretos na região. "Então, não faz sentido a gente retroceder", afirmou.



Jefferson Borgheti, superintendente de Estudos Econômicos e Energéticos da EPE; Celso Cunha, presidente da Abdan; Bento de Albuquerque Junior, almirante de Esquadra e diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha; Geiza Rocha, subdiretora-geral do Fórum; André Ceciliano, deputado Estadual (PT); Felipe Ferreira Gomes, assessor especial da presidência das Indústrias Nucleares do Brasil; Sergio Duarte, vice-presidente da Firjan; e Leonam Guimarães, diretor técnico da Eletronuclear.

>> Em 2014, a Eletronuclear mensurou os impactos socioeconômicos nacionais e regionais da implantação e operação de Angra 3, em termos de PIB, emprego e arrecadação de tributos. O estudo realizado em parceria com a FGV mostrou que a cada R\$ 1 investido na retomada das obras, representaria um efeito multiplicador no PIB de R\$ 2,28 no Brasil; R\$ 1,97 no Sudeste; R\$ 1,57 no Rio de Janeiro e R\$ 1,12 no município.

>> Para o setor industrial, a perspectiva é de que a retomada da construção de Angra 3 estimule o surgimento de uma cadeia produtiva voltada para as aplicações da tecnologia nuclear, como a agricultura, medicina e indústria alimentícia, gerando emprego e renda de alto nível para o Estado.

>> Estão previstas dentro do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) a construção de quatro submarinos convencionais e do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear em Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio. A primeira embarcação deve ser entregue em 2018. O Prosub já gerou 4,5 mil empregos diretos e 11.200 indiretos. Outras 8 mil vagas diretas e 24 mil indiretas serão abertas com a finalização do programa da Marinha, que prevê a implantação da infraestrutura necessária à construção, operação e manutenção dos submarinos, com investimentos de mais de R\$1,2

bilhões na Região de Itaguaí até 2023. Em termos de arrecadação de ICMS, o programa deve gerar a R\$ 280 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões com fornecedores.

>> “No complexo de Itaguaí já foram gastos R\$ 7 bilhões de reais e 90% desses recursos foram pagos para fornecedores nacionais. Só o estado do Rio de Janeiro tem cerca de 360 empresas envolvidas nesse empreendimento”, afirmou o almirante de esquadra Bento de Albuquerque, diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.

>> Em relação à demanda por mão de obra, o déficit na formação de engenheiros no país impacta diretamente a atividade nuclear. Com a ampliação da geração nuclear; os projetos do reator multipropósito; do reator nuclear para propulsão naval; prospecção, mineração e produção de concentrado de urânio; enriquecimento do urânio; produção de radiofármacos; aplicações de radiosótopos (medicina, indústria e agricultura; tratamento e armazenamento dos rejeitos radioativos, abre-se um campo de oportunidades para os formandos da área.

>> No país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é a única instituição universitária a formar engenheiros nucleares em nível de graduação, e o Instituto Militar de Engenharia (IME) o único a oferecer pós-graduação no setor.

CENSO AGROPECUÁRIO MAPEIA ATIVIDADES DO CAMPO E EMBASA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR

IBGE lança na Alerj o Censo Agro 2017, que irá percorrer todas as propriedades rurais para traçar um retrato do campo no país.

Dez anos após ter realizado o último Censo Agropecuário, os recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) voltaram a percorrer em outubro de 2017 todas as propriedades rurais para traçar um novo retrato do campo no país.

Estima-se que mais de 5 milhões de estabelecimentos sejam visitados para coletar informações que servirão de base em estatísticas oficiais e também para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor, responsável por mais de 20% das riquezas do Brasil.

No estado do Rio, o lançamento do Censo Agropecuário foi realizado no dia 28 de setembro, no Plenário da Alerj, em parceria com Fórum de Desenvolvimento do Rio. O evento teve o objetivo de mobilizar as cidades para este esforço, que precisa ser conjunto. Na ocasião, o chefe da Unidade Estadual do IBGE no Rio, Euclides Ferreira Dias Neto, apresentou a metodologia de levantamento de dados e falou sobre a importância da participação dos municípios no processo de coleta destes.

“O Censo irá nos permitir verificar se os resultados das políticas públicas estão sendo efetivamente alcançados. Para retratar o estado de forma mais fiel possível, os técnicos da Emater estão contribuindo com o processo, trabalhando em parceria com as Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs). Estamos todos engajados nessa oportunidade única para o estado”, afirmou Ricardo Mansur, diretor-técnico da Emater-Rio.



“O Censo Agro 2017 precisa do apoio de todos na disseminação da informação e na missão de mapear e retratar as atividades agrícolas nacionais. O sucesso da pesquisa depende também do apoio dos órgãos parceiros para o fortalecimento das relações institucionais que contribuem de forma crucial para que o seu alcance seja o maior possível”

Euclides Ferreira Dias Neto, chefe da Unidade Estadual do IBGE

Destaques e próximos passos:



- >> O período de realização da pesquisa vai de 1º de outubro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018. Serão cerca de 5,3 milhões de propriedades visitadas, 19 mil recenseadores e 100 dias de trabalho por entrevistador.
- >> Apenas no território fluminense cerca de 60 mil estabelecimentos farão parte do principal e mais completo levantamento de dados sobre a produção agropecuária, florestal e aquícola brasileira.
- >> A unidade do IBGE no Rio conta atualmente com 25 agências, que atuam diretamente na rede de coleta.
- >> Serão coletadas informações sobre área, características dos estabelecimentos, agricultura, extração vegetal, silvicultura, criação de animais de grande, médio e pequeno porte, aquicultura, criação de abelhas, criação de bicho-da-seda, beneficiamento, insumos e transformação de produtos agropecuários.
- >> Com a simplificação, o tempo do questionário passará de 90 para 45 minutos.
- >> Cada município do Brasil foi convidado e implementar a sua Comissão Municipal de Geografia e Estatística (CMGE), presidida por um membro do IBGE, e com a participação de representantes de todos os poderes e sociedade. O objetivo é dar suporte às equipes de recenseadores além de conscientizar a população do campo sobre a importância da qualidade dos dados fornecidos. Caberá também às CMGEs validar os resultados antes da sua divulgação.
- >> A coleta de dados do Censo Agro 2017 será inteiramente digital, por meio dos Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs). Com eles é possível visualizar a imagem do setor censitário, a posição do recenseador no terreno e os endereços dos estabelecimentos a serem recenseados.
- >> Toda a operação de campo contará com o auxílio de elevada tecnologia de georreferenciamento, baseada na captura de coordenadas dos estabelecimentos visitados e em sistema de posicionamento global via satélite.



Euclides Ferreira Dias Neto, chefe da Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Marcos Diaz, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro (Sistema OCD/RJ); Ricardo Mansur, diretor técnico da Emater-Rio; João Peixoto, deputado estadual (PSDC); Geiza Rocha, subdiretora-geral do Fórum; e Helio Sirimarco, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA GANHA NOVAS DIRETRIZES COM MAIS AUTONOMIA PARA OS MUNICÍPIOS

O Governo Federal lançou em julho o Programa Nacional de Regularização Fundiária após a aprovação da Lei nº 13.465.

O marco legal altera procedimentos de regularização fundiária urbana e rural com o objetivo de modernizar a legislação em vigor e tornar mais ágil a emissão dos títulos de propriedades. A norma traz inovações como o direito de registro de lajes, comuns em comunidades fluminenses, além de dar mais autonomia aos municípios.

Para conhecer as mudanças na lei e seus impactos para o estado, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), em parceria com o Fórum, realizou um seminário no dia 25 de outubro, na Alerj.

O evento reuniu a Defensoria Pública, além do Tribunal de Justiça, a Associação de Municípios do Estado do Rio de Janeiro e a presidente da Comissão Parlamentar de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários da Alerj, deputada Zeidan (PT). A programação incluiu uma exposição técnica sobre as mudanças da lei com Luiz Claudio Vieira, do Iterj.

Também foi realizado um workshop direcionado aos técnicos responsáveis pela regularização nos municípios. A iniciativa foi do deputado estadual Rafael Picciani (PMDB), que presidiu o evento.

"O impacto da regularização fundiária vai ser muito grande porque hoje 60% dos municípios fluminenses estão na informalidade. Já temos 16 prefeituras com termo de cooperação técnica e estamos à disposição para dar suporte às demais. Uma das etapas da regularização



"Uma das etapas da regularização fundiária é o diagnóstico do município, que contribui para a implantação de políticas públicas, dando eficiência à administração estadual. Para que a regularização progrida, precisamos que os municípios, defensoria e cartórios estejam integrados em todo o estado".

Mayumi Sone, presidente do Iterj

fundiária é o diagnóstico do município que contribui para a implantação de políticas públicas, dando eficiência à administração estadual.

“Nas duas últimas décadas, mais da metade das novas moradias nas cidades surgiram em territórios da informalidade. O processo de urbanização brasileiro é excludente por natureza. Os mais

pobres vão morar em áreas mais distantes e precárias, onde o acesso aos serviços básicos fica mais caro e difícil. É um incentivo à ineficiência. É preciso encontrar perspectivas de mudar essa lógica e trazer essas pessoas marginalizadas para a formalidade, incorporá-las na vida urbana”, ratificou Vicente Loureiro, diretor-executivo da Câmara Metropolitana do Rio.

Destaques e próximos passos:



>> O novo marco legal alterou aproximadamente 20 legislações, dentre elas o Estatuto da Cidade e a Lei de Registros Públicos.

>> Mais de 50% dos imóveis urbanos no Brasil têm alguma irregularidade fundiária.

>> A Lei 13.465/17 traz novos conceitos como Demarcação Urbanística; Certidão de Regularidade Fundiária (CRF); Legitimação de Posse; Legitimação Fundiária; e Ocupante.

>> Ela também traz novos princípios e instrumentos jurídicos adequados ao retrato atual. Dentre os citados no workshop estão o direito de laje; condomínios

simples de casas; condomínios de lotes e loteamentos de acesso controlado.

>> A lei permite a resolução extrajudicial de conflitos e mais rapidez no registro em cartório, após o processo de regularização.

>> A regularização fundiária independe de lei municipal específica, uma vez que delimita todo o caminho a ser percorrido pelo agente público municipal.

>> A expectativa é de que as novas regras beneficiem 150 mil famílias de baixa renda que vivem em áreas da União nos municípios, enquanto que no campo espera-se que sejam distribuídos cerca de 460 mil títulos rurais até 2018.



Leonardo da Silva Moraes, superintendente da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro; Elisabeth Mayumi Sone, presidente do Iterj; Rafael Picciani, deputado estadual (PMDB); Zeidan, deputada estadual (PT); e André Luiz Machado de Castro, defensor Público Geral do Estado.

MUNICÍPIOS LANÇAM MÃO DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Lançado em formato digital, o Caderno de Cultura do Estado identificou como a cultura está estruturada nos 92 municípios do Rio.



Professora UFRJ, Lia Hasenclever; subdiretora do Fórum, Geiza Rocha; presidente da Comissão de Cultura da Alerj, deputado Zaqueu Teixeira (PT); reitor da Uerj, Ruy Garcia Marques; o coordenador do Instituto de Geografia da Uerj e editor executivo da Euerj, Glauco Marafon; e o deputado Wanderson Nogueira (PSol).

O lançamento do Caderno de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, no dia 9 de novembro, concluiu o trabalho iniciado em 2008 e que resultou em uma trilogia que inclui também os Cadernos de Turismo e de Esportes, todos em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). As publicações foram produzidas a partir dos debates realizados mensalmente pela Câmara Setorial de Cultura, Turismo e Esporte do Fórum e têm como objetivo servir de ferramenta no direcionamento e desenvolvimento de políticas públicas para esses setores.

O documento, que aponta as vocações culturais dos 92 municípios do estado, foi lançado durante o Seminário “Cultura e desenvolvimento local: o papel dos municípios”, no Salão Nobre da Alerj.

“A cultura tem sua importância, mas não pode ser vista como a panaceia do desenvolvimento econômico do estado”, afirma Lia Hasenclever, professora e colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ.



“Os cadernos contribuem para que os municípios fluminenses se fortaleçam economicamente e consigam desenvolver de forma conjunta essas três grandes áreas: o turismo, o esporte e a cultura. E, com isso, construir políticas públicas eficazes que contribuam para o desenvolvimento local e atração de turistas”.

**Deputado Zaqueu Teixeira (PT),
presidente da comissão parlamentar de
cultura da Alerj.**

Destaques e próximos passos:



>> O Caderno teve como base o Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Cultura em parceria com a Petrobras.

>> Traz registros das atividades culturais mais importantes como festas tradicionais, festivais de cultura, patrimônios, artistas e personagens. O Caderno também contempla os bens materiais e imóveis (arquitetura, sítios arqueológicos, espaços geográficos) e bens imateriais (música, literatura, teatro, saberes e expressões) e divide as regiões de acordo com suas características predominantes.

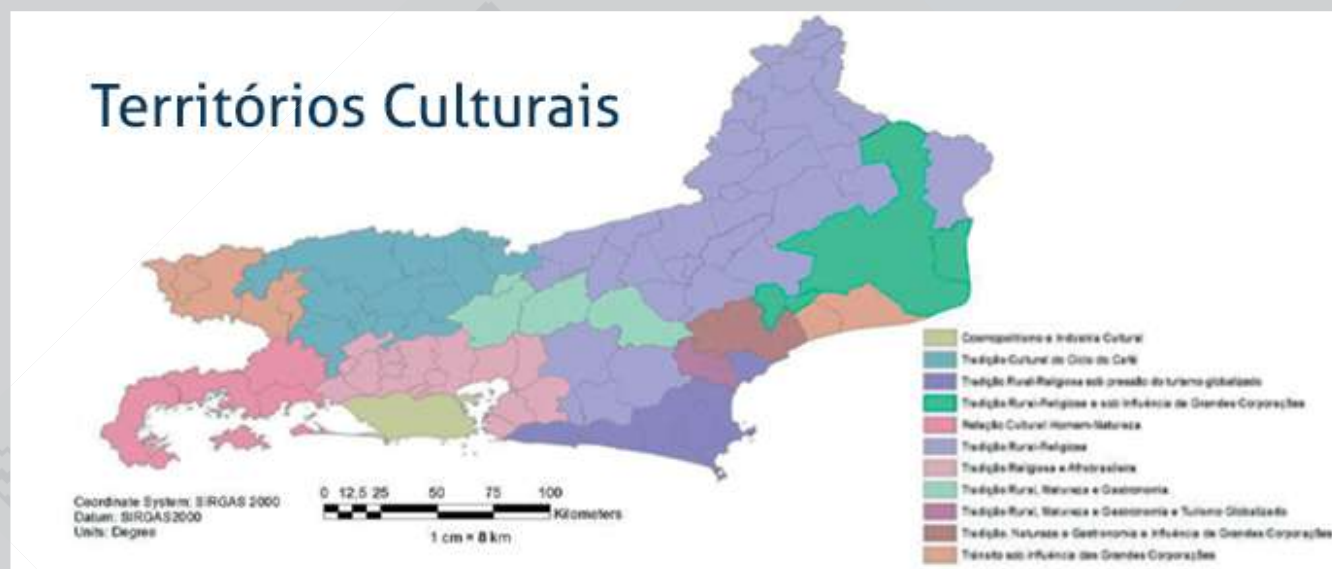
>> O mapa dos territórios culturais do estado do Rio de Janeiro é composto da seguinte forma: Cosmopolitismo e indústria cultural (capital); Tradição cultural do Ciclo do Café (15 municípios); Tradição rural-religiosa sob pressão do Turismo Globalizado (9 municípios); Tradição rural-religiosa sob influência das grandes corporações (3 municípios); Tradição cultural homem-natureza (4 municípios); Tradição rural-religiosa (26 municípios); Tradição rural-

religiosa e afro-brasileira (16 municípios); Tradição rural, natureza e gastronomia (4 municípios); Tradição rural, natureza e gastronomia e turismo globalizado (Casimiro de Abreu); Tradição, natureza e gastronomia sob influência das grandes corporações (Macaé); Trânsito sob influência das grandes corporações (4 municípios).

>> Uma das principais características dos territórios de trânsito sob influência de grandes corporações é a participação dessas empresas sobre os aspectos econômicos e culturais desses municípios. As chamadas transnacionais, especialmente as siderúrgicas, metalúrgicas e automobilísticas são as grandes responsáveis pela geração de renda. Os equipamentos culturais nesses territórios, como museus e memoriais, são muitas vezes financiados por essas empresas, que também patrocinam atividades culturais, como festivais, exposições.

>> O conteúdo final foi amplamente debatido com os secretários municipais de Cultura que contribuíram com sugestões para elaboração de políticas públicas na área.

>> Acesse a trilogia com o estudo completo dos Cadernos de Turismo, Cultura e Esportes bit.ly/CadernosdoEstado



POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS EM PREVENÇÃO IMPACTAM NA SAÚDE A NA ECONOMIA

A adoção de um estilo de vida saudável é uma poderosa arma contra inúmeras doenças e deve ser estimulada.



Mônica Guerra Rocha, fundadora da iniciativa Comida do Amanhã; Ricardo Brandão Oliveira, doutor em Educação Física pela Stanford University School of Medicine; Felix Rosenberg, diretor da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Deputada Ana Paula Rechuan (PMDB); Paula Johns, diretora executiva da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT); Inês Rugani, doutora em Saúde Pública e Tânia Cavalcante, Secretária Executiva da Comissão Nacional para implementação da convenção-quadro para o controle do tabaco – CONICQ

Disseminar a importância da prevenção e da promoção do bem-estar e da saúde como política pública foi o intuito do evento que o Fórum realizou em parceria com a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Câncer, liderada pela deputada Ana Paula Rechuan (PMDB).

O Seminário "Prevenção, Qualidade de Vida e Sustentabilidade na agenda das políticas públicas" foi realizado no dia 14 de novembro, no Plenário da Alerj. O encontro reuniu atores que militam em áreas da prevenção e das políticas públicas para criar ações propositivas que possam impactar na mudança de cultura, com alimentação saudável e

sustentável, atividade física e combate ao tabagismo.

"A atividade física previne o surgimento de algumas doenças. É preciso estimular a prática com a construção de políticas que contribuam para a mudança de hábitos como um planejamento urbano voltado ao transporte ativo, campanhas de mídias de massa com a valorização cultural, programas escolares voltados à atividade física, além de aumentar a oferta de ambientes e espaços recreacionais seguros", explicou Ricardo Brandão, doutor em Educação Física pela Stanford University School of Medicine.

“A cesta básica atual é o modelo dos anos de 1970 e não respeita as singularidades de cada parte do país. Atualizar esses alimentos pode causar um impacto significativo nos hábitos alimentares da população brasileira”, afirmou Mônica Guerra Rocha, fundadora da iniciativa Comida do Amanhã.



“O aumento do imposto sobre o produto e a elaboração de outras estratégias antitabagismo foram essenciais na diminuição do percentual de fumantes no país. O aumento de 10% no preço representou uma queda de 8% no consumo e ainda temos espaço para mais aumento, seja em nível federal ou estadual”.

Paula Johns, diretora executiva da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT)

Destaques



>> Palestrantes defenderam uma mudança na ótica dos formuladores e dos investimentos em políticas públicas, deslocando o olhar do tratamento das doenças para a prevenção das enfermidades e a promoção da saúde.

>> A necessidade de envolver a sociedade no tema também esteve em destaque, já que a adoção de um estilo de vida saudável, com bons hábitos alimentares associados à prática de atividades físicas, é uma poderosa arma contra inúmeras doenças e deve ser estimulada por meio de políticas públicas.

>> Dados apresentados comprovam os elevados custos e prejuízos humanos, sociais e econômicos pelo uso do cigarro. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), 90% dos casos de câncer de pulmão no país são causados pelo uso de derivados do tabaco.

>> Depois do cigarro, o sedentarismo é o fator de risco que mais mata no mundo, responsável por 5,3 milhões de vítimas anuais.

>> Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, é um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), aprovados na Cúpula das Nações Unidas em 2015, que definem as prioridades e aspirações globais a serem implementadas até 2030.

>> A relação entre a prevenção e promoção da saúde com os ODS foi tema da abertura do evento apresentado por Felix Rosenberg, diretor da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

PARCERIAS





Além dos encontros realizados pela equipe do Fórum, já virou um costume o apoio a iniciativas de parceiros que tratem de temas afins ao desenvolvimento econômico do estado e a participação em encontros para a divulgação das iniciativas do órgão.

Em busca da ampliação de parceiros para levar à frente o projeto da Câmara de Agronegócios, a secretária-geral do Fórum participou de reuniões com a iniciativa Rio Alimentação Sustentável e Consea-Rio. Também levou a experiência ao Rio Info e a registrou no capítulo do livro *As Pegadas dos Megaeventos*. Em outras duas oportunidades, junto aos agentes de desenvolvimento do Sebrae-RJ e aos estagiários da ADESG, falou sobre a iniciativa do Fórum e as atividades realizadas pelas Câmaras Setoriais, bem como seus resultados práticos.

AGRICULTURA

Parceria para fomento da agricultura familiar

O Fórum participou no dia 8 de fevereiro da reunião do Programa Rio Alimentação Sustentável, uma articulação multi-institucional, que trabalhou para garantir refeições sustentáveis durante os Jogos Olímpicos Rio 2016. O intuito foi articular parcerias para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado, tema da Câmara de Agronegócios. No encontro, realizado na Sociedade Nacional de Agricultura, a subdiretora-geral do Fórum, Geiza Rocha, falou sobre o avanço na articulação com o governo estadual e as ações que serão empreendidas pela Câmara para promover o acesso dos diretores das escolas estaduais ao mapeamento dos produtores da agricultura familiar, com foco no Programa Nacional de Alimentação Escolar.



A reunião também deu início ao processo de cooperação com a organização dos Jogos de Tóquio 2020. Representantes do Japan Research Institute (JRI) estiveram presentes para estabelecer um diálogo sobre as lições aprendidas e trabalhar o planejamento das próximas Olimpíadas.



Apresentação sobre o Fórum no Conselho de Segurança Alimentar

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade do Rio de Janeiro (Consea-Rio) reuniu seus membros no dia 9 de maio.

No encontro, a secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, apresentou o trabalho que o órgão vem desenvolvendo na Câmara de Agronegócios para aproximar os produtores rurais dos diretores das escolas públicas estaduais.

O objetivo é fortalecer a agricultura familiar do estado e contribuir para o cumprimento da Lei federal nº 11.947/2009, que



determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar deve ser utilizado na compra de produtos provenientes do empreendedor familiar rural.



Bioeconomia é foco de debate na Conferência Green Rio

A 6ª Conferência Green Rio reuniu representantes, palestrantes e expositores nacionais e internacionais da economia verde e dos setores orgânico e sustentável, de 11 a 13 de maio, na Marina da Glória. O tema central dessa edição foi o crescimento da bioeconomia, que visa a oferecer soluções eficazes para os desafios sociais como a escassez de água potável, produção sustentável de alimentos e de energia, mobilidade

urbana e mudanças climáticas. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse segmento movimentou no mercado mundial 2 trilhões de euros e gera cerca de 22 milhões de empregos. O painel Mercados Verdes e Compras Sustentáveis, realizado no dia 12 de maio, teve a secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, como mediadora.



Projeto do Fórum é destaque na Rio Info

O Fórum de Desenvolvimento do Rio esteve presente na 15ª edição do evento RioInfo, no Centro de Convenções SulAmérica, no dia 27 de setembro quando participou do seminário "Agro Digital: a TI no apoio ao agronegócio", com o objetivo de abordar oportunidades nas áreas de Automação da Agricultura Familiar, Segurança da Informação no Campo e TI na Gestão de Recursos Energéticos e Hídricos.



Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a participação do Agronegócio no PIB é de cerca de 25% do total e vem crescendo cerca de 2% ao ano. A subdiretora do Fórum, Geiza Rocha, fez uma apresentação sobre as iniciativas

da Alerj no apoio ao Agronegócio local do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho vem sendo desenvolvido na Câmara de Agronegócios e visa a aproximar os produtores rurais dos diretores das escolas públicas estaduais para fortalecer a agricultura familiar do estado.



POLÍTICAS PÚBLICAS

Negócios Sociais em pauta

Nos dias 22 e 23 de agosto, os principais desafios dos empreendedores que aliam lucro aos benefícios para a sociedade estiveram em pauta no Seminário de Negócios de Impacto – Incluir.

Realizado pelo Sebrae, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), o encontro reuniu os principais atores do ecossistema nacional como aceleradoras de negócios de impacto, investidores, redes de negócios, agentes públicos e especialistas da academia.

O foco do evento, que está em sua segunda edição, foi a região Sudeste, com um dia inteiro dedicado às questões locais e na promoção do empreendedorismo de impacto fluminense. Durante o Seminário também foi lançada a logomarca do Rio

Sebrae-RJ: Biotecnologia é fonte de oportunidades

Representantes do Prointer/Sebrae, do Fortec e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social se reuniram para traçar uma agenda de oportunidades para a área da biotecnologia no Rio de Janeiro. O objetivo do evento foi debater a internacionalização, capacitação e inteligência de mercado junto com os núcleos de inovação e as empresas do setor. O evento que teve o Fórum como um dos organizadores foi realizado no dia 21 de fevereiro, no auditório do Sebrae-RJ.



de Impacto, criada em colaboração com a equipe de design da ESPM. O Rio de Impacto reúne 12 instituições de apoio aos negócios sociais no estado, entre as quais a Alerj, por meio do Fórum. No evento, a secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, mediu a mesa que apresentou estudos e o perfil dos negócios sociais no país.





Bate-papo com agentes de desenvolvimento

A Rede de Agentes de Desenvolvimento do Sebrae foi criada para auxiliar nas políticas de implementação e continuidade da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nos municípios. Atualmente, o papel desses agentes inclui também a articulação de ações públicas na promoção do desenvolvimento local junto ao poder público municipal e às lideranças do setor privado.

No dia 27 de setembro, durante o 4º Encontro Estadual de Agentes de

Desenvolvimento, a secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, participou do painel "Gestão Pública com propósito", com Vitor Mihessen, diretor da Casa Fluminense, e Henrique Drumond, CEO da Insolar (negócio de impacto social). Em sua fala, ela abordou o trabalho do órgão da Alerj e de que forma os temas da desburocratização e os desafios institucionais para a inclusão da agricultura nas compras públicas vêm sendo tratados.



Projeto do Fórum é debatido com alunos do CEPE

A secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, apresentou no dia 9 de agosto aos alunos do Ciclos de Estudos de Política e Estratégia (CEPE) o projeto do Fórum e os resultados alcançados nos 14 anos de trajetória da instituição. Na sequência os estagiários, como são chamados os alunos do curso, buscaram saber como os temas são escolhidos e externaram suas opiniões sobre o trabalho. "É sempre um ótimo aprendizado poder levar este projeto ao conhecimento do cidadão", analisa Geiza. A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg-RJ) tem assento no Fórum desde 2009.

Envelhecimento populacional em pauta

No dia 7 de abril a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) lançou o Movimento Longevidade Brasil, num debate sobre a reforma da previdência, com apoio do Fórum.

Estiveram presentes ao evento o economista do IBGE, Paulo Tafner; o presidente do Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC Brasil), Alexandre Kalache; a professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Vera Damásio; e o presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, Henrique Noya.

LEGADO

Livro "As pegadas dos Megaeventos" é lançado



Passado um ano dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, o livro sobre os efeitos desses megaeventos esportivos foi lançado no Rio. Organizado pelos professores Leonardo Mataruna e Bianca Gama Pena, a publicação reúne textos de mais de 100 especialistas que relatam suas experiências e observações.

"As Pegadas dos Megaeventos - Mega events Footprints: Past, Present and Future" é uma obra bilíngue, em português e inglês, em formato digital disponível no site do Fórum (www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br). O evento de lançamento do livro aconteceu no dia 1º de setembro, no Parque Olímpico da Barra.

No capítulo "Articulação para sustentabilidade: legado intangível em construção no Estado do Rio de Janeiro", a secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, relata a experiência de articulação entre o Poder Legislativo estadual e as instituições do terceiro setor, governos municipais, estadual e federal e universidades para impulsionar a compra de insumos de produtores familiares, tendo como propósito o aprofundamento da experiência de abastecimento deste grande evento liderada pela iniciativa Rio Alimentação Sustentável.



<http://bit.ly/2wq4vt>

Impactos da Rio 2016 e aprendizados

O Fórum de Estudos Olímpicos, realizado na Universidade Santa Úrsula no dia 4 de agosto, reuniu o meio acadêmico e profissionais atuantes na área de esportes para avaliar os impactos da Rio 2016, um ano após a sua realização. O evento teve a presença do presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), Paulo Márcio Mello.

Mello se reuniu com 14 pesquisadores e especialistas em temas ligados ao legado para conhecer os estudos feitos na área e como a AGLO pode contribuir para esse processo. Foram abordados assuntos

como o legado urbano do Parque Olímpico, com a possibilidade de arborização dos espaços, sustentabilidade, comunicação com a sociedade e a preservação documental dos Jogos. O encontro contou com a mediação da jornalista Geiza Rocha, secretária-geral do Fórum.



Publicação resgata todos os debates sobre legado

O legado dos megaeventos esportivos para o estado é um importante assunto a ser discutido. O Fórum fala sobre o tema desde 2012 e lançou, durante o Fórum de Estudos Olímpicos, em agosto de 2017, uma atualização da

publicação especial, que contém links de todas matérias, programas de TV, debates e eventos realizados sobre o assunto.



COMUNICAÇÃO





A comunicação é estrutura que dá suporte a tudo que é realizado pelo Fórum.

É por meio dela que nossas ações são compartilhadas e temas relevantes levados para os membros do Parlamento. Com conteúdos qualificados, estimulamos a participação e interação dos nossos parceiros por meio do uso das novas tecnologias e canais de comunicação. Trabalhamos em parceria com a subdiretoria de Comunicação Social e Cultura da Alerj, que também contribui para a divulgação das atividades.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO



FÓRUM CÂMARAS SETORIAIS EVENTOS NOTÍCIAS RIO EM FOCO CONTATO



O Fórum de Desenvolvimento do Rio foi criado pela ALERJ para conectar iniciativas, promover debates e criar uma agenda comum que reúna academia, sociedade civil organizada e o Parlamento fluminense. Composto por 44 instituições, o Fórum tem como foco a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado a partir de um diálogo franco, transparente e aberto a todos que queiram participar das reuniões das câmaras setoriais e eventos.

Notícias do Fórum



CNA lança mapeamento da cadeia produtiva de fortificações



Rio em Foco: educação financeira no combate a crimes contra idosos



Índice Global de Inovação ganha versão em português



Fórum debate legado olímpico na educação com pesquisador do Janus

Site Quero Discutir o Meu Estado

www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br

O portal de notícias do Fórum de Desenvolvimento do Rio concentra conteúdos que contribuem para que gestores públicos, universidades e sociedade civil organizada se mantenham informados sobre temas relevantes para o nosso estado. São reportagens, convites, publicações, vídeos e imagens sobre as atividades realizadas pelo Fórum, pelas Câmaras Setoriais e entidades parceiras. Em 2017, foram **18.332 acessos** e **42.232 páginas visualizadas**.

Informativos Online

Em 2017, foram enviados 21 informes para os membros e interessados nos temas do Fórum, sempre atualizando e informando o que foi notícia no site. Para direcionarmos a comunicação de forma assertiva, são adotadas três tipos de informe, são eles: "O que vem por aí!", "Aconteceu no Fórum", e "Obrigado pela participação". Este último, é enviado para todos que comparecem aos eventos.



Programa Rio em Foco

Os desafios da moda, tecnologia, educação, novos mercados, consumo consciente, sustentabilidade e economia foram alguns dos temas retratados ao longo do ano pelo Rio em Foco.

O programa é exibido às segundas-feiras, às 22h, na TV Alerj (canal 12 da NET), com reprises aos sábados, às 17h, e aos domingos, às 20h.

As edições do Rio em Foco também ficam disponíveis no [canal do Fórum no YouTube](#) e no site www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br. Ao todo, em 2017, foram 34 programas com a presença de especialistas que apontaram novos caminhos e oportunidades para o desenvolvimento do nosso estado.



Notícias em Foco

Em 2017, o Fórum passou a fazer um resumo dos principais acontecimentos da semana por meio de um vídeo de animação, criado na plataforma gratuita Powntoon. Na sequência, os vídeos são divulgados nas redes sociais.

Foram produzidas 36 animações.



Notícias em Foco - 31/03/17



Notícias em Foco - 07/04/17



Notícias em foco - 26.05.17



Notícias em foco - 02.06.17



Jornal da Alerj

Das 15 edições do Jornal da Alerj publicadas no ano de 2017, o Fórum foi pauta em 10 matérias num total de oito edições. Com tiragem de 1,4 mil exemplares, a publicação fica disponível no site www.alerj.rj.gov.br



TV Alerj

Os principais eventos do Fórum e as reuniões das Câmaras Setoriais são cobertas pela equipe da TV Alerj (canal 12 da NET e no [canal do Youtube da TV Alerj](https://www.youtube.com/c/TVALERJ)). Este ano, foram **45 matérias veiculadas sobre as ações do Fórum**.



Fórum Permanente - Rio Impacto



Fórum Permanente - Turismo Costa Rica



Fórum Permanente - Desburocratização



Fórum Permanente - Censo Agro 2017

Rádio Alerj

Com conteúdo distribuído para todo o país, a Rádio Alerj fez duas matérias sobre eventos realizados pelo Fórum. As notícias tiveram quase **200 reproduções em veículos de diversos estados**. É possível acompanhar as notícias pelo site: www.radioalerj.com.br

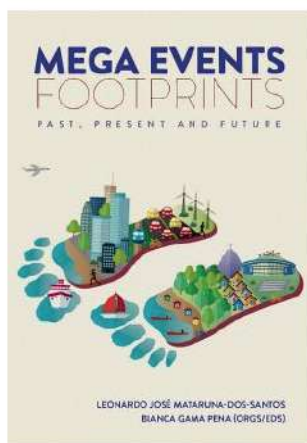


Publicações do Fórum

Para acompanhar os temas estratégicos, o Fórum produz também e-books, direcionados ao público interno e externo. Além disso, também participa de publicações de outras entidades parceiras. Para acessar e baixar as obras, acesse: www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br



Caderno de Cultura do Estado do Rio de Janeiro



Mega Events Footprints



Cartilha Agenda Ambiental da Alerj (A3P)



Como ampliar sua participação no Fórum de Desenvolvimento do Rio

Diário Oficial do Poder Legislativo

O Diário Oficial é publicado de segunda a sexta-feira, e as quintas-feiras a primeira página está reservada para as principais notícias do parlamento.

Ao longo do ano, o D.O. noticiou as atividades do Fórum em cinco matérias, sendo que três eventos foram capas (Produtores de laticínios têm reivindicações atendidas; Energia nuclear para o desenvolvimento do Rio; e Apoio aos municípios para regularização fundiária).

A publicação também pode ser conferida na versão online:

www.ioerj.com.br/portal



FÓRUM NAS REDES SOCIAIS

As redes sociais facilitam a troca de informações com os membros do Fórum, os deputados e cidadãos fluminenses. Com perfis no Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn, o Fórum vem investindo fortemente em criar conteúdos relevantes para essas ferramentas. Além de publicações sobre as atividades realizadas, também são divulgadas notícias de entidades/parceiros e campanhas institucionais sobre temas debatidos nas Câmaras Setoriais.

Facebook

bit.ly/facebookForum

Na maior rede social do mundo, o Fórum é acompanhado por **6,3 mil seguidores, 5% a mais que em 2016**. A novidade deste ano foram as transmissões ao vivo dos eventos realizados pelo Fórum. Com isso, buscou-se facilitar a participação dos que não puderam estar fisicamente e mantém o registro permanentemente para consulta. Alguns eventos que tiveram transmissão foram sobre regularização fundiária e o lançamento do Caderno de Cultura.



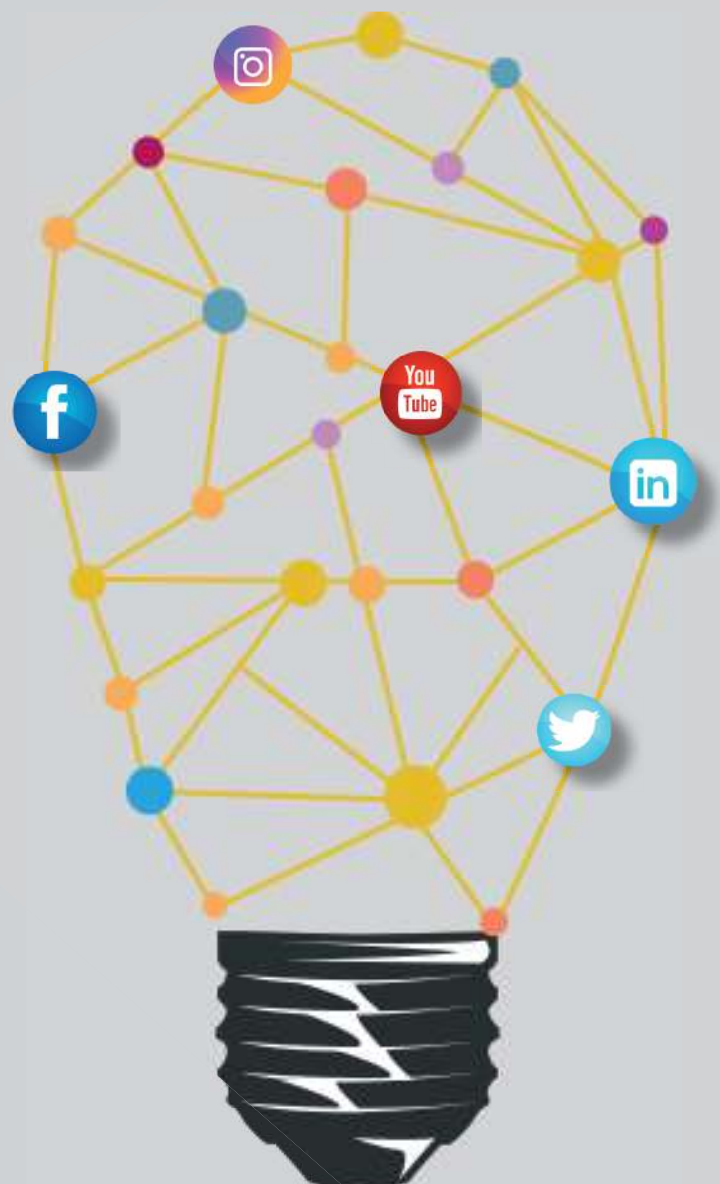
LinkedIn

bit.ly/linkedinforum

Com uma média de 25 milhões de usuários ativos no Brasil, o LinkedIn é uma das ferramentas fundamentais para quem busca relações profissionais e conteúdos com temas relacionados à carreira. O perfil do Fórum conta com **1.034 seguidores, 12% a mais que em 2016**.



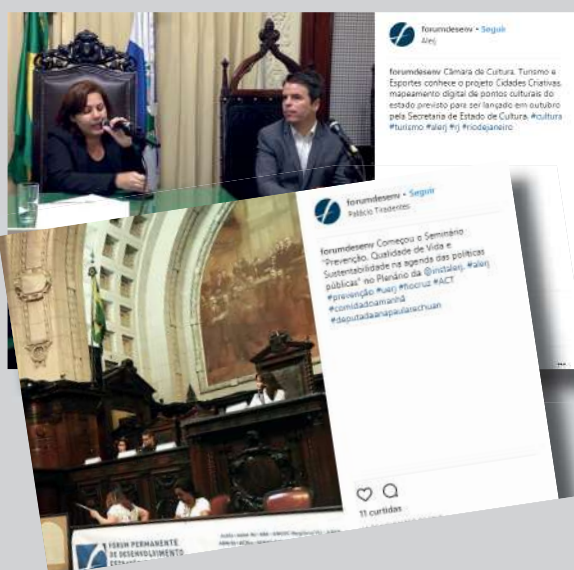
A prioridade nesta rede é a publicação de artigos, estudos de parceiros e todas as atividades do Fórum, como eventos e reuniões, de uma forma mais detalhada.



Youtube

youtube.com/forumdesenvolvimento

O canal do Fórum apresenta os programas Rio em Foco e playlists com temas específicos e relevantes para o desenvolvimento do estado. Em 2017, fechamos o ano com 589 inscritos, 57% a mais do que no ano anterior. O número de visualizações também ficou **31% acima, com 75.969 visualizações.**



Instagram

instagram.com/forumdesenv

Em um ano de presença no Instagram, o Fórum tem alcançado bons resultados, principalmente em relação à interação. Com quase 300 seguidores, a rede cresceu 20%. Foram publicados conteúdos próximos aos do Facebook, porém com mais registros fotográficos de eventos. A rede já conta com mais de 300 milhões de usuários ativos diariamente no mundo.

Twitter

twitter.com/forumdesenv

Com **3.256 seguidores**, 3% a mais que em 2016, o perfil do Fórum publica as atividades, conteúdos de parceiros e utilidade pública. Nesta rede, são priorizados a cobertura dos eventos e reuniões.



Whatsapp

[+55 \(21\) 98890-4709](https://wa.me/5521988904709)

Em 2017, foram criados os grupos no Whatsapp, aplicativo de mensagem instantânea para celular. A ideia é agilizar a troca de informações sobre as reuniões, eventos e temas relevantes para o Fórum. São ao todo **nove grupos com membros das Câmaras Setoriais.**

ESTÁ NA PAUTA? VIROU CAMPANHA!

Educação Financeira

A educação financeira não se resume apenas em aprender a economizar, cortar gastos e poupar, mas também a consumir com consciência, utilizando o crédito de forma responsável e a desenvolver uma relação saudável com o dinheiro. Ciente dessa importância, o Fórum aderiu à [Semana Nacional de Educação Financeira](#), em maio de 2017, e produziu uma campanha com o mote a “Educação Financeira não tem idade” nas redes sociais.



+ 15 mil pessoas alcançadas
+ 500 interações nas redes

Trabalho Infantil

No estado do Rio de Janeiro o combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem vem tomando força a partir da articulação. Em junho de 2017, o Fórum se engajou no Programa de Combate ao Trabalho Infantil do TRT/RJ e produziu uma campanha nas redes sociais para alertar para essa prática, que atinge mais de 3 milhões de crianças e adolescentes no Brasil.



+ 5 mil pessoas
alcançadas
+ 200 interações
nas redes

Semana do Meio Ambiente

Atuante na pauta do Desenvolvimento Sustentável, o Fórum mais uma vez participou da campanha da semana do Meio Ambiente, em junho de 2017. O mote deste ano foi a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que a Alerj faz parte desde 2015.

+ 19 mil pessoas alcançadas
+ 800 interações nas redes



Censo Agro 2017

A partir de outubro 2017, os recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começaram a percorrer todas as propriedades rurais para traçar um retrato do campo no país. Para mostrar a importância desse trabalho e disseminar informações sobre o processo de levantamento realizado pelo IBGE, o Fórum fez uma campanha, durante a semana de lançamento do Censo Agro 2017, em suas redes sociais.



+ 6 mil pessoas alcançadas
+ 100 interações nas redes

Outras Iniciativas

Sempre atento às demandas de utilidade pública, o Fórum abre espaço nas suas redes para divulgar campanhas de doação de sangue, órgãos, vacinação da febre amarela, entre outras.



MOBILIZAÇÃO

Campanha #NãoCompreViolência

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) lançou em agosto, em parceria com o Disque Denúncia, a campanha #NãoCompreViolência. O objetivo é conscientizar a população fluminense sobre o papel de cada cidadão no combate ao roubo de cargas no estado. Criada a pedido da Comissão de Segurança Pública da Casa, presidida pela Deputada Martha Rocha (PDT), a campanha tem como slogan: "Mercadoria Roupada: Quem Compra, Faz Vítimas".

A iniciativa mobilizou 15 instituições como Firjan, Fecomércio, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Fetranscarga, Ucam, FGV,

Associação dos Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj), além de agentes públicos e privados aderiram à campanha. Foram disponibilizadas peças produzidas pela comunicação da Alerj para serem usadas nos canais institucionais e veículos de informação da Casa e das instituições. Além de replicá-las, os presidentes dessas entidades deram depoimentos para o site <http://naocompreviolencia.com> com o intuito de reforçar a mensagem.

O Fórum também se engajou na campanha e publicou em suas redes sociais os cartazes. As postagens alcançaram mais de 6 mil pessoas.

Fórum de Desenvolvimento do Rio
16 h · 12 de setembro de 2017

Os roubos de carga no Rio de Janeiro aumentaram no primeiro semestre deste ano. Para reverter esse quadro, é preciso uma ação integrada e a participação da população. Não compre mercadorias roubadas e compartilhe essa campanha! <http://bit.ly/2w6o1Mo> #NãoCompreViolência

ROUBOS DE CARGA
AUMENTARAM 25% NO PRIMEIRO SEMESTRE
(FONTE FETRANSCARGA)

ALIMENTOS ATÉ 30% MAIS CAROS COM ROUBOS DE CARGA

MEDICAMENTOS ATÉ 35% MAIS CAROS COM ROUBOS DE CARGA

50 publicações nas redes do Fórum

+ 6 mil pessoas alcançadas

+ 10,3% engajamento

Fórum de Desenvolvimento do Rio: #NãoCompreViolência
Eduardo Rebuçzi, presidente Fetranscarga

ASSEJ
12 de setembro de 2017

A ASSEJ vem lançando uma série de pesquisas e iniciativas para combater a prática do roubo de cargas no Estado do Rio de Janeiro, unindo a segurança de seus colaboradores e cidadãos, entre elas o apoio a campanha #naocompreviolencia, lançada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), em parceria com o Disque Denúncia.

O objetivo é conscientizar a população fluminense sobre o papel de... Ver mais

Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ
Caro esta página · 18 de setembro de 2017

ACRJ entra nessa campanha da Alerj e do Disque Denúncia em prol do Rio de Janeiro.

#NãoCompreViolência

BAZAR DO CÍDADO JARDIM
Bazar do Cídale Jardim | Marileneia
2 de agosto · 1.291 membros

PRÊMIO



Secretária-Geral do Fórum recebe prêmio no Senado Federal Argentino

O prêmio "Governador Enrique Tomás Cresto" reconhece líderes que se destacaram trabalhando em benefício de suas comunidades e/ou apoiando a integração regional da América Latina. Entre os homenageados de 2017, está a secretária-geral do Fórum de Desenvolvimento do Rio, Geiza Rocha, que recebeu no dia 19 de outubro, o título de Líder do Desenvolvimento.

O reconhecimento é concedido pelo Senado de la Nación; Federação Argentina de Municípios; Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais; Sistema de Integração Municipal América Área Sul; e Club Shalom. A cerimônia de entrega do título foi realizada na sede do Congresso Federal em Buenos Aires, na Argentina. A honraria foi instituída há 15 anos e reconhece ações inovadoras de líderes políticos, legisladores,

funcionários do governo, representantes de instituições, acadêmicos, trabalhadores nos campos sociais e populares, professores e empresários de diferentes países da América Latina.



Curtiu?

Faça o download da versão digital!



ALERJ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Agenda Ambiental da Alerj

ABP
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fique por dentro da agenda ambiental da Administração pública, faça o download da cartilha!



**ESTÁ EM SUAS MÃOS
FICAR AINDA MAIS POR DENTRO
DE TUDO O QUE ACONTECE
NA ALERJ.**

ALÔ ALERJ
COM O NOVO APP, VOCÊ
PODE REGISTRAR RECLAMAÇÕES,
SOLICITAÇÕES E SUGESTÕES
SOBRE ÓRGÃOS PÚBLICOS
OU PRIVADOS. É A ALERJ
DENTRO DO SEU CELULAR
E VOCÊ POR DENTRO DA ALERJ.



ALERJ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO





Alerj Sustentável.

Precisamos de você nesse compromisso.

A Alerj aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública.

Esse compromisso, significa que estamos trabalhando para diminuir nosso impacto sobre o meio ambiente com iniciativas simples, que todos nós podemos e devemos adotar.

A sua participação é essencial neste desafio.

